

Relatório de Vila Pouca de Aguiar

reLOCALiza



Entidades Parceiras:



Financiado por:



Relatório de Vila Pouca de Aguiar



Autoria: Confederação Nacional da Agricultura, Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior Agrária de Coimbra, Associação dos Agricultores e Pastores do Norte

Design e paginação: CINEP/IPC

©2021, Confederação Nacional da Agricultura, Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior Agrária de Coimbra e Associação dos Agricultores e pastores do Norte

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser impressa, fotocopiada, ou reproduzida ou utilizada de alguma forma ou por meio mecânico, eletrónico ou outro, ou em qualquer espaço de armazenamento de informação ou sistema de busca eletrónico sem permissão por escrito dos editores.

Impressão: FIG - Indústrias Gráficas, SA

Depósito Legal: 485779/21

Entidades Parceiras



Financiado por:



Índice

7	Sumário Executivo
8	1. Introdução
9	2. Caracterização do Município
9	2.1. O Território, a Agricultura e os Agricultores
9	2.1.1. O Território
9	2.1.2. Os agricultores e a atividade agrícola
10	2.1.3. Ajudas directas à agricultura
10	2.1.4. Organização e formas de escoamento da produção
11	2.2. Caracterização da Restauração Colectiva
11	2.2.1. Ensino
12	2.2.2. Unidades de Saúde
12	2.2.3. Apoio Social
12	2.2.4. Estabelecimentos prisionais e titulares educativos
12	3. Inquéritos
12	3.1. Metodologia dos inquéritos e caracterização da amostra
13	3.2. Motivação e percepção de agricultores e responsáveis das cantinas face à venda directa
14	3.3. Caracterização da oferta actual
15	3.4. A procura actual das cantinas escolares do concelho
16	3.5. Integração entre oferta e procura
17	4. Estratégia
17	4.1. Análise SWOT
18	4.2. Recomendações
19	5. Referências Bibliográficas

Figuras

- 9 Figura 1. Localização do concelho de Vila Pouca de Aguiar na NUT III – Terras de Trás-os-Montes (Fonte: apa)
- 10 Figura 2. Área (ha) das principais produções vegetais no concelho de Vila Pouca de Aguiar
- 10 Figura 3. Produção animal, em n.º de animais
- 10 Figura 4. Pedidos Únicos no concelho de Vila Pouco de Aguiar por tipo de Ajuda (nº)

Tabelas

- 10 Tabela 1. Número de explorações, nº de agricultores e SAU no concelho de Vila Pouca de Aguiar
 - 11 Tabela 2. Organização de produtores, da produção e escoamento (CMVPA; IFAP, I.P.).
 - 12 Tabela 3. Agrupamentos de escolas, número de estabelecimentos de ensino e número de alunos no concelho de Vila Pouca de Aguiar - Ano lectivo 2016/2017
 - 12 Tabela 4. Instituições de apoio social – Infância, juventude e seniores – Dados de 2020
 - 16 Tabela 5. Consumo de hortícolas e frutas por cada 10.000 refeições servidas nas cantinas escolares
 - 17 Tabela 6. Análise SWOT
-

Sumário executivo

O projecto reLOCALiza tem por base estudos realizados em diferentes territórios, em Portugal, cujo principal objectivo é contribuir e incentivar o desenvolvimento de Circuitos Curtos Agroalimentares, através da definição metodológica de como os concretizar para o abastecimento de cantinas públicas com produtos provenientes da Agricultura Familiar.

Foram realizados inquéritos aos agricultores bem como aos responsáveis das cantinas públicas no concelho de Vila Pouca de Aguiar, para levantamento das necessidades de produtos necessários ao seu abastecimento e das quantidades produzidas localmente tendo por base a Agricultura Familiar.

Conclui-se que estão reunidas as condições de suporte a um sistema de fornecimento de cantinas tendo por base a produção local, embora o sucesso desta estratégia esteja dependente de um maior ajustamento entre a capacidade de oferta dos agricultores locais e a procura das cantinas.

Para tal, preconiza-se o ajuste das ementas aos produtos existentes no território, tendo em conta a sua sazonalidade, bem como o planeamento das produções agrícolas visando a diversificação de produções e a adequação das colheitas ao calendário escolar.

O projecto tem o apoio do PDR2020 e resulta

de uma parceria com vários actores sociais portugueses. Este relatório reflecte o trabalho realizado pelos parceiros, apresentando os resultados obtidos.

Introdução

O reLOCALiza é um projecto baseado em estudos locais, passíveis de concretizar e aplicar a diferentes territórios, cujo principal objectivo é promover o abastecimento de cantinas públicas com produtos provenientes da Agricultura Familiar.

O reLOCALiza resulta da parceria de um conjunto de actores sociais portugueses – incluindo associações, confederações, cooperativas e institutos. As organizações que integram o projecto são: CNA - Confederação Nacional da Agricultura; IPC – Instituto Politécnico de Coimbra; TRILHO – Associação para o desenvolvimento Rural; ADARAD - Associação para o Desenvolvimento Agrícola e Rural das Arribas do Douro; APT - Associação dos Agricultores e Pastores do Norte; ADACB - Associação Distrital do Agricultores de Castelo Branco; CoimbraMaisFuturo – CMF – Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra.

Este projecto, apoiado pelo PDR2020, enquadra-se na área temática dos Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) e nos temas “Metodologias para a Criação de modalidades de CCA – Definição de Metodologias para a Criação de Mercados de produtores e para circuitos de abastecimento de produtos locais a uma rede de cantinas públicas (CCA2.2)” e “Capitalização de Experiências relevantes de CCA em Portugal e na Europa (CCA1.1)”. O envolvimento comunitário

que os CCA apresentam, logo à partida, na sua definição “...venda directa do produtor para o consumidor...” associam uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores que se traduz não só na preocupação com a proveniência e natureza dos alimentos, mas também na manutenção de sistemas de produção tradicionais, de pequena dimensão que promovem o desenvolvimento local e uma Agricultura Familiar que, em si, contribui de igual forma para o bem-estar e para a fixação de populações em regiões com maior risco de desertificação. Este projecto, ao apresentar a análise e casos de estudo de diferentes regiões do País, no que às cantinas públicas e à produção agrícola diz respeito, visa mostrar as potencialidades, as ameaças, as oportunidades e os estrangulamentos a todos os actores envolvidos nesta temática, promovendo a adaptação a novos contextos.

A identificação e caracterização da procura (as necessidades das cantinas) e da oferta (de produtos locais tendo por base a Agricultura Familiar), no **concelho de Vila Pouca de Aguiar**, assenta numa metodologia de inquérito que estará na base da elaboração do presente Relatório Municipal.

2. Caracterização do Município

2.1. O Território, a Agricultura e os Agricultores

2.1.1. O Território

O concelho de Vila Pouca de Aguiar localiza-se no distrito de Vila Real, na região Norte, NUT III – Alto Tâmega, tem uma área de, aproximadamente, 437,06km² (iGEO, 2013). De acordo com a Lei n.º 11-A/2013, o concelho está dividido em 14 freguesias¹ e é delimitado a Norte pelos concelhos de Boticas e Chaves, a Oeste pelo concelho de Ribeira de Pena, a Sul com os concelhos de Alijó, Sabrosa e Vila Real e a Este com Valpaços e Murça (iGEO, 2013).



Figura 1. Localização do concelho de Vila Pouca de Aguiar na NUT III – Alto Tâmega

¹ Freguesias: Alfarela de Jales, Bornes de Aguiar, Bragado, Capeludos, Soutelo de Aguiar, Telões, Tresminas, Valoura, Vila Pouca de Aguiar, Vreia de Bornes, Vreia de Jales, Sabroso de Aguiar, Alvão e União das freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros

No concelho predominam as encostas viradas a Este/Sudeste e a Oeste (CMVPA, 2015-2019). Predominam os declives suaves/moderados, entre 0 a 20% e distribuição hipsométrica entre os 215 e os 1638m (CMVPA, 2015-2019). É abrangido pelas bacias do Tâmega, Tua, Corgo, Pinhão e Torno (CMVPA, 2015-2019). A média da temperatura média é de 13,3°C e a Média da quantidade de Precipitação Total é de 1073,7mm (IPMA, 1971-2000). A humidade relativa do ar foi menor no mês de Julho (64%) e mais elevada no mês de Janeiro (90%) (IPMA, 1971-2000).

2.1.2. Os agricultores e a actividade agrícola

Segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), o concelho de Vila Pouca de Aguiar conta com **1599 explorações** agrícolas que ocupam **11538 hectares** da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), sendo a **área média por exploração agrícola de 7,2ha** (média nacional 12,1ha, em 2009, e 14ha, em 2016), sendo que a esmagadora maioria tem dimensão inferior a 5ha (INE 2009). Cerca de **metade** da população agrícola do concelho tem **mais de 65 anos de idade**, em consonância com o facto de Portugal apresentar a média etária mais elevada da UE (65 anos em 2016) (INE 2009) (Tabela 1).

Tabela 1. Número de explorações, nº de agricultores e SAU no concelho de Vila Pouca de Aguiar

N.º Explorações	1 599
SAU (ha)	11 538
	0<1ha 88
	1ha-<5ha 1 002
	5ha-<20ha 446
	20ha-<50ha 43
	>=50ha 20
N.º de Agricultores	1 586
	15 a 44 117
	45 a 54 262
	55 a 64 421
	65 e mais 786

Relativamente à produção, destacam-se as pastagens permanentes com aproximadamente 72% da SAU seguindo-se as culturas temporárias com 18% (Figura 2) (INE, 2009).

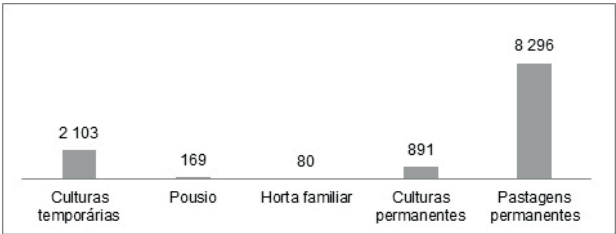


Figura 2. Área (ha) das principais produções vegetais no concelho de Vila Pouca de Aguiar

Na produção animal destaque para as aves, os coelhos, os equídeos e os bovinos (Figura 3) (INE, 2009).

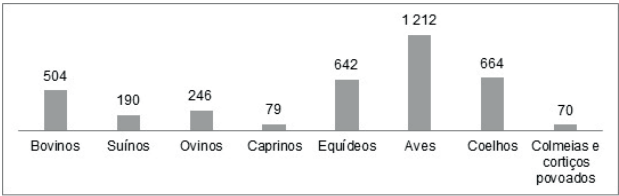


Figura 3. Produção animal, em n.º de animais

2.1.3. Ajudas directas à agricultura

Estima-se que, segundo dados do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), no total nacional, continente, foram submetidos **168 965 Pedidos Únicos** em 2016. No concelho de Vila Pouca de Aguiar destacam-se os apoios à Manutenção da Actividade Agrícola (1368), o Regime de Pagamento Base (718) e o Regime da Pequena Agricultura (584) (Figura 4) (IFAP: GPP, 2016).

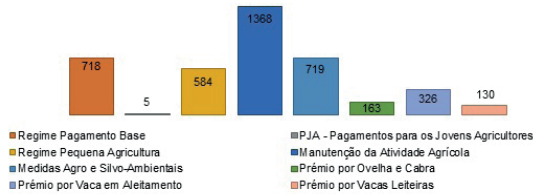


Figura 4. Pedidos Únicos no concelho de Vila Pouca de Aguiar por tipo de Ajuda (nº)

2.1.4. Organização e formas de escoamento da produção

As modalidades de organização para alternativas

de escoamento da produção estão traduzidas na Tabela 2.

Tabela 2. Organização de produtores, da produção e do escoamento (CMVPA; IFAP, I.P.).

Mercados e Feiras	• Mercado Municipal de Vila Pouca de Aguiar – diário; • Mercado Local das Terras de Aguiar “Mercado de D’Aguiar” – semanal; • Feira Municipal de Vila Pouca de Aguiar – Bimensal; • Mercado de Gado de Vila Pouca de Aguiar; • Feira Municipal de Pedras Salgadas – Mensal no dia 16 de cada mês, sendo antecipada para 6ªfeira, caso o dia 16 seja sábado, e adiada para 2feira, caso dia 16 seja domingo; • Feira Municipal de Campo de Jales – Mensal no 19 de cada mês; • Feira Municipal de Sabroso – Mensal segundo sábado de cada mês; • Feira Municipal de Telões – Mensal primeiro sábado do mês após e inclusive o décimo quarto dia.
Associação de Agricultores	APT - Associação dos Agricultores e Pastores do Norte
Venda directa	Feiras e Mercados, porta a porta, venda online.
Organização de Produtores reconhecida	Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, CRL Azeite, N.º 540 - Valpaços Cooperativa Agrícola de Valpaços, CRL - COOPAÇOS Frutos de Casca Rija, N.º 121 - Valpaços Cooperativa Agrícola de Boticas CAPOLIB, CRL Carne de Bovino e Produtos Apícolas, N.º 605 - Boticas

2.2. Caracterização da Restauração Colectiva

De acordo com o art.º 2 da Lei n.º 34/2019, são consideradas cantinas e refeitórios públicos “todos aqueles cuja gestão seja assegurada pelos serviços e organismos da administração central, regional e local, bem como das instituições de ensino superior público, dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos”.

2.2.1. Ensino

De acordo com o art.º 18 do Decreto-Lei nº

55/2009, os estabelecimentos de educação disponibilizam refeições escolares aos alunos. Para tal, devem dispor de refeitórios escolares para assegurar o serviço de alimentação, usar refeitórios de estabelecimentos de ensino vizinhos ou alternativas desde que salvaguardada e observadas as regras de segurança.

O mesmo Decreto-Lei no seu art.º 19, refere que o fornecimento de refeições complementares e suplementos alimentares (reforço da manhã, tarde e noite, reforço de viagem de curta e longa distância, pequeno-almoço e almoço volante) pode ser assegurado directamente pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (confeção própria) ou adjudicando o serviço por contrato de concessão a empresa de restauração colectiva, que cumpra as orientações e normas sobre a qualidade e variedade e as regras sobre preços.

• Do pré-escolar ao ensino secundário

Dados da Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) reportam que, em 2017, foram servidas 86 393 refeições por dia, em 280 refeitórios da Região Centro (DGEstE, 2017). No concelho de Vila Pouca de Aguiar, o ensino público e privado compreende cerca de 11 estabelecimentos (DGEstE, 2017) e um total de 1228 alunos (MEC, 2017) (Tabela 3).

Tabela 3. Agrupamentos de escolas, número de estabelecimentos de ensino e número de alunos no concelho de Vila Pouca de Aguiar - Ano lectivo 2016/2017

Ano lectivo 2016/2017	N.º de Estabelecimentos	N.º de alunos						Total
		Pré-escolar ¹	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Profissional	Secundário	
Escolas de Vila Pouca de Aguiar Sul (Agrupamento)	10	122	292	181	314	117	202	1228
TOTAL	10	122	292	181	314	117	202	1228

• **Ensino Superior**

Não existem estabelecimentos de ensino superior no concelho.

2.2.2. Unidades de Saúde

Não se identificaram instituições com dados representativos no âmbito do fornecimento de cantinas públicas.

2.2.3. Apoio Social

As Instituições de Apoio Social, da infância à terceira idade, apresentam cerca de **496 utentes** distribuídos nas **20 instituições** em todo o município de Vila Pouca de Aguiar (Tabela 4) (MTSSS, 2020).

Tabela 4. Instituições de apoio social – Infância, juventude e seniores – Dados de 2020

Instituições	N.º de Estabelecimentos	N.º de utentes
Creche	2	67
Pré-Escolar	1	52
Centro de Actividades dos tempos livres	1	20
Centro de actividades ocupacionais	1	7
Apoio Domiciliário (Idosos)	5	122
Centro de Convívio	1	20
Centro de dia	3	36
Centro de noite	1	6
Lar / Residência	5	166
TOTAL	20	496

2.2.4. Estabelecimentos prisionais e titulares educativos

Não existem estabelecimentos prisionais no concelho.

3. Inquéritos

3.1. Metodologia dos inquéritos e caracterização da amostra

Para uma melhor compreensão das potencialidades de criação de um sistema de abastecimento das cantinas colectivas através da produção local, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, foram realizados 20 inquéritos a agricultores associados da Associação dos Agricultores e Pastores do Norte (APT) e 3 inquéritos a responsáveis pelo abastecimento de cantinas escolares.

O inquérito às cantinas visou identificar os actuais fornecedores e os preços de compra dos produtos agrícolas usados na confecção

das refeições, bem como os procedimentos adoptados no abastecimento das cantinas escolares do concelho. Procurou, ainda, fazer-se um levantamento das necessidades anuais de produtos agrícolas nessas cantinas e perceber a disposição dos seus responsáveis para comprarem preferencialmente produtos locais ou, em alternativa, contratarem fornecedores que ofereçam esse tipo de produtos.

Com o inquérito aos agricultores pretendia-se perceber, para diferentes tipologias de exploração e de produtor, quais as principais produções, as quantidades produzidas, o preço de venda e a forma de escoamento actual, bem como a percepção dos agricultores face à possibilidade de se virem a envolver num sistema de venda directa às cantinas do concelho.

Os inquiridos têm idades compreendidas entre os 47 e os 76 anos, situando-se em média nos 58,6 anos. Quanto ao nível de escolaridade, 70% completou no máximo o 6º ano, 15% o 9º ano, 10% o 12º ano e apenas 5% têm formação de nível superior. 90% dos inquiridos dedica-se exclusivamente à agricultura e ocupa praticamente todo o seu tempo na actividade. Os restantes 10% dedicam-se, também, a outras actividades, ocupando cerca de 40% do seu tempo na agricultura. O rendimento da exploração representa, em 65% dos casos, mais de 50% do rendimento familiar, sendo que 65% dos produtores conta com a participação da família nas tarefas agrícolas. A esmagadora maioria dos inquiridos (80%) pratica venda directa para escoar a sua produção. A venda no comércio local e através de cooperativas tem também algum peso

com, respectivamente, 25% e 10% dos inquiridos a declararem usar essas vias de escoamento.

Não existe, na região, uma grande diversidade de produções agrícolas. Ao nível da horticultura, são produzidos 6 produtos hortícolas distintos: batata, nabo, grelos, couve coração de boi, ervilha (leguminosa) e cebola. Já no respeitante à fruticultura é a castanha a única fruteira a marcar presença. Dos 6 produtos hortícolas produzidos, as produções mais relevantes dizem respeito à batata de conservação, produzida por 95% dos inquiridos e, destes, 89% em exclusividade. Os grelos e o nabo são produzidos por 10% da amostra e a ervilha, a couve coração de boi e a cebola por apenas 5% da amostra. Um dos agricultores produz batata, couve coração de boi, nabo, grelos e ervilha, sendo o que apresenta maior diversidade de produções. Este agricultor produz, ainda, castanha. Só um agricultor produz cebola.

Relativamente à fruta, a castanha surge como a principal espécie produzida pelos inquiridos (10%).

Regista-se, igualmente, a produção de cereais (milho e centeio) na região com 15% dos inquiridos a dedicar-se à produção de milho e 5% à produção de centeio. Destes, todos produzem, igualmente, batata.

3.2. Motivação e percepção de agricultores e responsáveis das cantinas face à venda directa

Embora a maioria dos agricultores (75%) considere que a relação comercial que estabelece com os seus clientes é vantajosa, 70% manifestaram

interesse em participar num sistema de venda directa às cantinas do concelho, caso ele viesse a ser implementado e, destes, 64% estaria disposto a fazê-lo mesmo que isso implicasse produzir de acordo com um plano de produção pré-estabelecido.

Através de uma análise de correlação é possível concluir que os agricultores mais idosos ou com menores habilitações são os menos satisfeitos com a relação comercial que estabelecem com os seus compradores. Ao contrário, os agricultores que mais tempo dedicam à sua exploração são aqueles que consideram mais positiva essa relação.

Apesar de estarem receptivos a participar no desenvolvimento de um sistema de abastecimento directo das cantinas escolares, os agricultores inquiridos identificaram diversos entraves à sua concretização. A dificuldade mais vezes mencionada (25% dos inquiridos) prende-se com a falta de organização da oferta, o que dificulta a concentração, armazenamento e distribuição dos produtos. Referidas por 10% dos inquiridos, surgem também como dificuldades: a concorrência de produtos exteriores à região e de intermediários já implantados no terreno, a forte burocracia que afecta este tipo de procedimentos, as dificuldades de comunicação entre agricultores, entre os agricultores e as cantinas e a necessidade de assegurar as quantidades solicitadas pelas mesmas. É de salientar que 40% dos inquiridos não soube identificar qualquer dificuldade e nenhum deles expressou opinião sobre a adequação das medidas de política agrícola ao desenvolvimento de sistemas directos

de abastecimento de cantinas públicas, o que poderá significar falta de familiaridade com este tipo de estratégia.

Relativamente às cantinas, em todas elas as refeições são de confecção própria. A principal razão apontada para a escolha desta modalidade é a de permitir que os alimentos sejam processados no próprio dia, nas próprias instalações, sendo servidos mais frescos e com melhor qualidade. Não são apontadas quaisquer desvantagens.

As ementas são decididas pela Direcção das Escolas e pela nutricionista do município. Em todas as cantinas a sazonalidade da produção agrícola é tida em conta aquando da elaboração das ementas, mas a disponibilidade de produtos da região não constitui factor de decisão.

Os responsáveis de todas as cantinas manifestaram a sua disponibilidade para comprar preferencialmente produtos locais, mas consideram que a falta de capacidade dos produtores locais para se organizarem para apresentação a concurso e posterior fornecimento atempado dos produtos, pode constituir um entrave. Para viabilizar o fornecimento directo por parte dos agricultores locais consideram que será necessário que exista maior flexibilidade para que os agricultores em nome individual consigam participar nos concursos.

3.3. Caracterização da oferta actual

Como já referido, no concelho, a oferta de produtos agrícolas é bastante reduzida reflectindo uma marcada presença da tradição

cultural de produção de batata (dita inglesa ou de conservação). No entanto, o facto de um produtor apresentar além da produção da batata, mais quatro produtos hortícolas distintos poderá ser indicador de se conseguir incentivar a instalação/dedicação a outras culturas. Com quantidades produzidas bastante significativas, a batata, apresenta um período de colheita de Julho a Setembro possuindo algum poder de conservação.

O nabo e os grelos apesar de produzidos apenas por 10% dos inquiridos apresentam produções significativas, bem como a couve coração de boi, produzida apenas por um dos inquiridos. Estes produtos são de colheita Outono-Inverno oferecendo assim, a possibilidade de consumo de vegetais frescos num período cultural mais difícil. A ervilha e a cebola, ambas produzidas apenas por um produtor são colhidas no Verão. A cebola também possui algum poder de conservação.

3.4. A procura actual das cantinas escolares do concelho

Nas três cantinas alvo deste estudo são confeccionadas e servidas anualmente cerca de 116 200 refeições. O abastecimento em frutas e hortícolas é feito através de um único revendedor local, seleccionado através do critério de preço mínimo.

Os dados apresentados têm por base o Agrupamento de Escolas Vila Pouca de Aguiar Sul cuja cantina confecciona e serve, mensalmente, cerca de 6300 refeições. Assim, estima-se que, para cada 10 000 refeições escolares

confeccionadas, são necessários cerca de 3376kg de frutas e hortícolas (Tabela 5), correspondendo a um custo de 2915,09€.

A análise dos dados permite verificar que a procura realizada pela escola é relativamente diversificada, tendo sido adquiridos 29 produtos diferentes, 18 dos quais hortícolas/condimentares, 4 leguminosas e 7 frutas (incluindo azeitona de mesa). As quantidades adquiridas, discriminadas por produto, bem como os respectivos preços, são os que constam da Tabela 5.

Os produtos hortofrutícolas que representaram maior encargo para a cantina foram a batata e a banana. No que respeita aos hortícolas, a batata e a alface apresentaram os maiores valores, 466,67€ e 236,19€, respectivamente. Em relação aos produtos frutícolas, a banana (424,60€), a laranja (325€) e a maçã (263,10€) foram os que representaram o maior encargo nas aquisições da cantina.

Tabela 5. Consumo de hortícolas e frutas por cada 10 000 refeições servidas nas cantinas escolares

		Quantidade (Kg)	Preço (€/Kg)	Valor (€)
Hortícolas	Alface	148	1,60	236,19
	Alho francês	68	1,35	92,14
	Alho seco	3	3,30	10,48
	Batata	952	0,49	466,67
	Caldo verde	5	1,80	8,57
	Cebola	310	0,57	176,43
	Cenoura	286	0,57	162,86
	Courgette	17	1,25	21,83
	Couve	16	0,68	10,79
	Couve brócolo	57	2,20	125,71
	Couve coração	79	0,68	53,97
	Couve-flor	10	2,20	20,95
	Espinafres (molho)	14	0,90	12,86
	Feijão-verde	5	2,50	11,90
	Nabo	62	1,30	80,48
Leguminosas	Pimento	14	1,30	18,57
	Salsa (molho)	14	1,00	14,29
	Tomate	37	1,30	47,46
	Total	2097	24,59	1572,14
	Feijão catarino	16	1,68	26,67
Frutícolas	Feijão branco	21	1,68	34,67
	Feijão-frade	10	2,50	23,81
	Grão-de-bico	10	2,30	21,90
	Total	60	10,66	118,95
	Banana	397	1,07	424,60
Outros	Castanha	48	0,80	38,10
	Laranja	310	1,05	325,00
	Limão	13	2,50	31,75
	Maçã	310	0,85	263,10
	Pêra	143	1,00	142,86
	Total	1219	7,27	1225,40
	Azeitona de mesa	5	2,10	10,50
Total		5	2,10	10,50

Relativamente aos preços e comparativamente aos preços mais frequentes praticados pelo Mercado Abastecedor do Porto (MAP) e no mesmo período de análise, verifica-se que só no alho-francês, na castanha e na maçã, os preços de compra foram inferiores aos do MAP. A batata, a cenoura e o nabo apresentam um valor de aquisição de cerca de 60% superior ao preço praticado no MAP. Em quatro dos produtos adquiridos a diferença de preço chega a ser do simples para o dobro (couve brócolo, couve coração, couve-flor e espinafres) e em duas situações o preço praticado pelo fornecedor aproxima-se do triplo do preço mais frequente no MAP (alface e limão). Nos restantes produtos a variação no preço é de 10%-15% (cebola, pimento e banana) a 30% no alho seco, na curgete e no tomate.

3.5. Integração entre oferta e procura

De acordo com os inquéritos realizados, na região são produzidos 9 produtos agrícolas distintos (incluindo centeio e milho). Tendo por base o mês de Novembro, as cantinas adquiriram 29 produtos hortofrutícolas diferentes (incluindo a azeitona de mesa). Destes, 5 são produzidos na região (batata, cebola, couve coração, nabo e castanha). Os restantes produtos adquiridos não são produzidos na região.

Da análise destes dados ressalta o facto de, em termos de diversidade, a produção local não apresentar capacidade de resposta às solicitações tornando-se necessário incentivar os produtores a aumentarem a diversidade das suas culturas, uma vez que a região apresenta

condições para que tal aconteça, senão durante todo o ano pelo menos em parte.

Relativamente às quantidades produzidas, e no referente aos produtos produzidos e solicitados pelas cantinas, a batata inglesa é a que apresenta potencial para suprimir as necessidades durante um período mais longo uma vez que se trata de um produto menos perecível e com maior poder de conservação. Ao nível da castanha, a que é produzida na região consegue suprimir a totalidade das necessidades.

4. Estratégia

4.1. Análise SWOT

Através do levantamento apresentado nos pontos anteriores e da discussão com técnicos locais foi possível identificar as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao desenvolvimento de uma estratégia de abastecimento directo das cantinas públicas do concelho da Vila Pouca de Aguiar. Na Tabela 6 apresentam-se os resultados dessa reflexão sob a forma de análise SWOT.

Tabela 6. Análise SWOT

FACTORES INTERNOS	
FORÇAS (+)	FRAQUEZAS (-)
Capacidade de fornecer batata e alguns produtos agrícolas frescos, sazonais, com boa qualidade organolética e forte ligação ao território.	Desajuste entre as épocas de produção e de consumo, dado que uma grande variedade de produtos é maioritariamente colhida no período de férias escolares.
Disponibilidade de água para rega durante todo o ano (regadio tradicional), o que permite reduzir a sazonalidade da produção.	Baixa diversificação da produção.
Vontade manifesta dos gestores das cantinas públicas em consumir produtos locais.	Pequena dimensão das explorações, daí resultando uma oferta muito pulverizada.
Disponibilidade dos agricultores para se envolverem num sistema de venda directa às cantinas do concelho, mesmo que isso implique produzir de acordo com um plano de produção pré-estabelecido.	Condições climáticas caracterizadas por grandes amplitudes térmicas (verão muito quente e inverno frio), afectando a previsibilidade do nível de produção e o risco inerente.
	Inexistência de estruturas colectivas de armazenamento, conservação e preparação dos produtos
	Dificuldade dos agricultores em competir com os preços praticados pelos atuais fornecedores das cantinas.
	Pouca familiaridade dos agricultores com esta modalidade de escoamento.

FACTORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES (+)	AMEAÇAS (-)
Progressivo reconhecimento do papel da pequena agricultura e da agricultura familiar no desenvolvimento local (Estatuto da Agricultura Familiar)	Monopólio dos distribuidores já instalados.
Progressivo reconhecimento da qualidade dos produtos cultivados e obtidos pela pequena agricultura e agricultura familiar.	Implantação e rápido crescimento da grande distribuição na região.
Crescente interesse dos consumidores e dos decisores políticos pelos circuitos curtos agroalimentares.	Elevado preço dos factores de produção (energia, sementes...).
Inclusão de critérios qualitativos (modo de produção, agricultura familiar, jovem agricultor) na legislação sobre contratação pública que se perspectiva.	Excesso de burocracia e desadequação das regras de contratação pública a esta modalidade de abastecimento, as quais não incluem actualmente critérios como a qualidade dos produtos, a sazonalidade, a produção de proximidade e a agricultura familiar.
	População agrícola envelhecida, com pouca apetência para se envolver em novos projectos.
	Dificuldades de comunicação entre os agricultores e entre os agricultores e as cantinas.
	Pouca verba disponível para pequenos projectos de investimento o que leva à rejeição de projectos com elevadas VGO (Valia Globalda Operação).
	Aumento da desertificação.

4.2. Recomendações

De acordo com os dados apresentados, com as características do território em análise e com a receptividade demonstrada pelos produtores, considera-se que estão reunidas as condições de suporte a um sistema de fornecimento de cantinas tendo por base a produção local. Assim, para que este possa ser implementado recomenda-se:

1. Assumir como prioritária a aquisição aos produtores locais dos produtos necessários para a confecção das refeições e só depois a aquisição por outros meios;
2. Ajuste das ementas aos produtos existentes no território tendo em conta a sua sazonalidade;
3. Ajuste das ementas aos produtos existentes no território tendo em conta as suas características gastronómicas;
4. Apoio aos produtores ao nível do planeamento das suas produções para que algumas possam apresentar períodos de colheita dentro do calendário escolar;
5. Apoio aos produtores no sentido de se dedicarem à produção de culturas que possam ter interesse para as cantinas e para as quais o território apresenta condições de produção (feijão, pimento, tomate, por ex.);
6. Identificação de um parceiro logístico (associação de produtores, associação de desenvolvimento local, autarquia) que faça a ligação entre as cantinas e os produtores;
7. Criação ou adaptação de instalações onde se faça a concentração e se proceda a uma preparação

mínima (lavagem, acondicionamento...) dos produtos a entregar às cantinas;

8. Sensibilização de toda a comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais) para as vantagens deste tipo de abastecimento.

Referências Bibliográficas

CMVPA - Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (2015-2019). “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Pouca de Aguiar, Caderno I – Diagnóstico”. Gabinete Técnico Florestal. Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Pouca de Aguiar.

Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março. Diário da República n.º 42/2009 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

DGEEC - Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (2016/2017). Página Oficial: “Alunos matriculados na educação pré-escolar e nos ensinos básico, secundário e pós-secundário não superior em estabelecimentos de ensino”. Consultada em Abril de 2020.

DGEstE - Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Março de 2017). “Caderno de Encargos Cantinas”. Consultado em Abril de 2020.

DGEstE - Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (2016/2017). Página Oficial: “Número de estabelecimentos de ensino”. Consultada em Abril de 2020.

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (2016). “Número de Pedidos Únicos no concelho de Vila Pouca de Aguiar por tipo de Ajuda”. Lisboa.

iGEO - Instituto Geográfico Português (2013). «Áreas

das freguesias, municípios e distritos/ilhas da CAOP 2013». Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2013. Direcção-Geral do Território. Consultado a 6 de Abril de 2020.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2009). “Recenseamento Agrícola 2009”. Lisboa

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera (1971-2000). Ficha Climatológica da Estação Meteorológica de Vila Real (566).

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. Anexo I. Diário da República - I Série, n.º 19. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 34/2019, de 22 de Maio. Diário da República n.º 98/2019 - I Série. Assembleia da República. Lisboa

MEC - Ministério da Educação e Ciência (2016/2017). Página Oficial: “Número de alunos por Estabelecimento escolar”. Consultada em Abril de 2020.

MTSSS - Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social (2020). “Carta Social do Município”.

reLOCALiza



Entidades Parceiras:



Financiado por:

